

## ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Processo SEI 0001817-26.2024.4.05.7100

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM, O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO, A PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO, O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, O MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO E O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RN PARA IMPLANTAÇÃO DE PONTO DE INCLUSÃO DIGITAL - PID NA CIDADE DE SANTANA DO MATOS/RN, EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO CNJ 508/2023, SEGUNDO OS TERMOS ABAIXO.**

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – TJ/RN**, inscrito no CNPJ sob o nº 08.546.459/0001-05, com sede na Av. Jerônimo Câmara, 2000, Nossa Sra. de Nazaré, Natal/RN, CEP 59060-300, neste ato representado por seu presidente, Desembargador AMÍLCAR MAIA, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 66X8XX - ITEP/RN, inscrito no CPF sob o nº 4XX.2XX.7XX-91, doravante denominado simplesmente TJRN, o **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO**, doravante denominado TRT 21, com sede na Avenida Capitão Mor Gouveia, 3104, Lagoa Nova, Natal/RN, CNPJ 02.544.593/0001-82, neste ato representado pelo seu presidente, Desembargador do Trabalho ERIDSON JOÃO FERNANDES MEDEIROS, portador da cédula de identidade 3XX.95X - SSP/RN, inscrito no CPF nº 2XX.2XX.4XX-72, a **PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO**, inscrita no CNPJ nº 26.989.715/0061-43, com sede na Rua Poty Nóbrega, 1941 - Lagoa Nova - CEP 59056-180, neste ato representada por seu Procurador Chefe, Drº. ANTÔNIO GLEYDSON GADELHA DE MOURA, portador da cédula de identidade 1.XX8.6X2 - SSP/RN, inscrito no CPF nº 0XX.4XX.4XX-78, doravante denominada PRT 21, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**, inscrito no CNPJ nº 26.989.715/0025-80, com sede na Av. Deodoro da Fonseca nº 743, Tirol - Natal/RN, CEP 59020-600, neste ato representado por seu Procurador Chefe, Drº. GILBERTO BARROSO DE CARVALHO JUNIOR, portador da cédula de identidade 1.X46.XX3 - ITEP-RN, inscrito no CPF nº 0XX.9XX.6XX-32, doravante denominado MPF RN, o **MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO**, inscrito no CNPJ nº 23.612.685/0038-14, com sede na Rua da Fosfórica, 2327 A, Conjunto Potilândia, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP. 59.076-120, neste

ato representado por seu Superintendente, CLÁUDIO GABRIEL DE MACEDO JUNIOR, portador da cédula de identidade única nº 4XX.2XX.7XX-91, doravante denominado MTE, e o **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**, inscrito no CNPJ nº 05.792.645/0001-28, com sede na Avenida Rui Barbosa, 215, Tirol, Natal/RN, CEP 59015-290, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador CORNÉLIO ALVES DE AZEVEDO NETO, portador da cédula de identidade única nº 2XX.6XX.4XX-53, doravante denominado TRE RN, de acordo com as formalidades constantes no Processo SEI nº 0001817-26.2024.4.05.7100, resolvem celebrar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, sujeitando-se às cláusulas e condições adiante estabelecidas:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Cooperação Técnica tem por objeto a implantação de um Ponto de Inclusão Digital - PID na Cidade de Santana do Matos/RN (Posto de Atendimento ao Eleitor - Rua Aristóфанes Fernandes, nº 25, Bairro Centro, Santana do Matos/RN, CEP: 59.520-000), em conformidade com a Resolução CNJ 508/2023.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA DEFINIÇÃO DO PID

2.1. "Considera-se como Ponto de Inclusão Digital - PID qualquer sala que permita, de forma adequada, a realização de atos processuais, principalmente o depoimento de partes, testemunhas e outros colaboradores da justiça, por meio de videoconferência, bem como a realização de atendimento por balcão virtual, instituído pela Resolução CNJ 372/2021".

2.2. O ponto de Inclusão Digital visa o atendimento virtual dos jurisdicionados excluídos digitais, em função da falta de condições financeiras de adquirir um smartphone, notebook ou computador de mesa, ou até mesmo ter acesso à internet.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. Para a execução do objeto deste Termo de Cooperação não haverá transferência de recursos, de qualquer modalidade, entre os entes participantes.

3.2. Caso seja necessário o repasse de recurso financeiro/orçamentário para a realização de ação conjunta decorrente desse ACORDO, deverá ser celebrado instrumento específico, o qual deverá seguir os requisitos previstos na legislação que regulamenta transferências voluntárias.

## CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

Para consecução dos objetivos deste Termo de Cooperação Técnica:

#### **4.1. Compete ao TJRN:**

4.1.1. Comunicar no Grupo de WhatsApp PID - Santana do Matos (ou através de outro aplicativo de mensagens instantâneas), previamente formado por servidores da JFRN, do TJRN, do TRT 21, da PRT 21, do MPF RN, do MTE e do TRE RN, com antecedência de 5 dias, a data da audiência.

4.1.2. Disponibilizar o link da sala virtual onde será realizada a audiência ou o atendimento pelo Balcão Virtual, através do grupo de WhatsApp PID - Santana do Matos (ou através de outro aplicativo de mensagens instantâneas).

4.1.3. Designar um servidor para fazer o contato interinstitucional com o Posto de Atendimento ao Eleitor, visando a realização da audiência, o atendimento do Balcão Virtual ou em caso de alguma inconsistência técnica na sala virtual.

#### **4.2. Compete ao TRT 21:**

4.2.1. Comunicar no Grupo de WhatsApp PID - Santana do Matos (ou através de outro aplicativo de mensagens instantâneas), previamente formado por servidores da JFRN, do TJRN, do TRT 21, da PRT 21, do MPF RN, do MTE e do TRE RN, com antecedência de 5 dias, a data da audiência.

4.2.2. Disponibilizar o link da sala virtual onde será realizada a audiência ou o atendimento pelo Balcão Virtual, através do grupo de WhatsApp PID - Santana do Matos (ou através de outro aplicativo de mensagens instantâneas).

4.2.3. Designar um servidor para fazer o contato interinstitucional com o Posto de Atendimento ao Eleitor, visando a realização da audiência, o atendimento do Balcão Virtual ou em caso de alguma inconsistência técnica na sala virtual.

#### **4.3. Compete à PRT 21:**

4.3.1. Disponibilizar o link da sala virtual onde será realizado o atendimento pelo Balcão Virtual, através do grupo de WhatsApp PID - Santana do Matos (ou através de outro aplicativo de mensagens instantâneas), previamente formado por servidores da JFRN, do TJRN, do TRT 21, da PRT 21, do MPF RN, do MTE e do TRE RN.

4.3.2. Designar um servidor para fazer o contato interinstitucional com o Posto de Atendimento ao Eleitor, visando a realização do atendimento pelo Balcão Virtual ou em caso de alguma inconsistência técnica na sala virtual.

4.3.3. Disponibilizar uma impressora para o PID de Santana do Matos, visando possibilitar a impressão dos Termos de Audiência e demais documentos.

#### **4.4. Compete ao MPF RN:**

4.4.1. Disponibilizar o link da sala virtual onde será realizado o atendimento pelo Balcão Virtual, através do grupo de WhatsApp PID - Santana do Matos (ou através de outro aplicativo de mensagens instantâneas), previamente formado por servidores da JFRN, do TJRN, do TRT 21, da PRT 21, do MPF RN, do MTE e do TRE RN.

4.4.2. Designar um servidor para fazer o contato interinstitucional com o Posto de Atendimento ao Eleitor, visando a realização do atendimento pelo Balcão Virtual ou em caso de alguma inconsistência técnica na sala virtual.

#### **4.5. Compete ao MTE:**

4.5.1. Disponibilizar o link da sala virtual onde será realizado o atendimento pelo Balcão Virtual, através do grupo de WhatsApp PID - Santana do Matos (ou através de outro aplicativo de mensagens instantâneas), previamente formado por servidores da JFRN, do TJRN, do TRT 21, da PRT 21, do MPF RN, do MTE e do TRE RN.

4.5.2. Designar um servidor para fazer o contato interinstitucional com o Posto de Atendimento ao Eleitor, visando a realização do atendimento pelo Balcão Virtual ou em caso de alguma inconsistência técnica na sala virtual.

#### **4.6. Compete ao TRE RN:**

4.6.1. Disponibilizar uma sala no Posto de Atendimento ao Eleitor da Cidade de Santana do Matos/RN, com uma estação de trabalho e uma cadeira, necessários ao atendimento do cidadão (excluído digital) que solicite os serviços do Ponto de Inclusão Digital-PID.

4.6.2. Disponibilizar dois servidores do Posto de Atendimento ao Eleitor de Santana do Matos/RN para funcionarem como titular e substituto, este na ausência do primeiro, no atendimento do cidadão optante pelo Ponto de Inclusão Digital - PID.

4.6.3. Disponibilizar um notebook ou um computador de mesa para a realização das audiências ou do Balcão Virtual.

#### **4.7. Compete a todos os signatários:**

Utilizar os dados estritamente necessários para a execução das metas do presente ajuste, somente nas atividades que lhe compete exercer, mantendo o absoluto sigilo dos dados pessoais a que, porventura, tenha acesso, assegurando a proteção das informações acessadas no decorrer da execução contratual e após o seu encerramento, sendo vedado transferi-las a terceiros, seja a título oneroso, gratuito ou de qualquer outra forma, em observância à Lei nº 13.709/2018, ao inciso III, art. 6º da Lei n. 12.527/11 e aos princípios da boa-fé, da finalidade, do interesse público, da adequação, da necessidade, da segurança e da prevenção, sob pena de descumprimento do presente ajuste, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis no caso, após a devida apuração de responsabilidade.

### **CLÁUSULA QUINTA – DOS DEVERES DOS SERVIDORES DO PONTO DE ATENDIMENTO AO ELEITOR**

5.1. Acompanhar o jurisdicionado excluído digital na Sala do PID da Cidade de Santana do Matos;

5.2. Ligar o computador, acessando a sala virtual da ferramenta de videoconferência para a participação do interessado na audiência ou no atendimento pelo Balcão Virtual.

5.3 Contatar os servidores do Núcleo Judiciário, do Núcleo de Tecnologia da Informação e da Comunicação da JFRN, como também do TRT 21, da PRT 21, do MPF RN, do MTE e do TRE RN, conforme o caso, por meio do Grupo de WhatsApp PID - Santana do Matos (ou através de outro aplicativo de mensagens instantâneas), em caso de alguma inconsistência na sala virtual.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO**

Os partícipes nomearão fiscais para acompanhamento e fiscalização do presente Termo de Cooperação Técnica.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES**

O presente Termo de Cooperação Técnica terá a vigência de 5 (cinco) anos a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, ou alterado, através de Termo Aditivo, desde que não haja modificação do objeto aprovado.

## **CLÁUSULA OITAVA – DO FUNDAMENTO LEGAL**

Aplicam-se à execução deste Acordo a Recomendação CNJ nº 130/2022, de 22.06.2022, bem assim as Leis 14.133/2021 e 13.709/2018, no que couber.

## **CLÁUSULA NONA – DA RESILIÇÃO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

9.1. Este instrumento poderá ser denunciado mediante notificação escrita: a) por interesse de qualquer um dos partícipes através comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias; e, b) na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do objeto.

9.2. O descumprimento das obrigações previstas no presente instrumento será comunicado pela parte prejudicada à outra mediante notificação por escrito, a fim de que seja providenciada a sua imediata regularização em 05 (cinco) dias úteis, sob pena de rescisão automática do acordo.

9.3. Fica estabelecido que, em face da superveniência de impedimento legal que torne o Termo formal ou materialmente inexecutável, qualquer um dos partícipes poderá rescindi-lo.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DA ASSINATURA E DA PUBLICAÇÃO

10.1. Em conformidade com a Portaria nº 1.526, de 21 de Dezembro de 2018, do TJRN a assinatura deste Termo de Cooperação Técnica poderá, preferencialmente, ser assinado digitalmente, por meio de Certificado Digital, emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira, ICP-Brasil. Outra alternativa é a assinatura pelo SEI.

10.2. A JFRN, o TJRN, o TRT 21, a PRT 21, o MPF RN, o MTE e o TRE RN, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da assinatura deste documento, providenciarão a publicação do extrato do presente instrumento no Diário Oficial da União e a íntegra do documento no Diário da Justiça Eletrônico do TRF5, até que seja efetivamente disponibilizado o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a fim de garantir a ampla publicidade.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

11.1. O partícipe e seus representantes, empregados, servidores, obrigam-se a atuar no presente Acordo de Cooperação em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018 e a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TRT 21, regulamentado pelo Ato TRT21-GP nº 249/2023.

11.2. No manuseio dos dados os partícipes, incluindo seus representantes, magistrados, empregados e servidores, deverão:

I - Tratar os dados pessoais a que tiver acesso em conformidade com o disposto no caput desta cláusula, e, na eventualidade da impossibilidade do cumprimento destas obrigações, por qualquer razão, concordar em informar formalmente este fato imediatamente ao TRT21, o qual se reserva no direito de rescindir o contrato sem qualquer ônus, multa ou encargo;

II - Manter e utilizar todas as medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

III - Acessar os dados dentro do escopo deste acordo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e não ler, copiar, modificar, ou remover sem autorização expressa e por escrito do TRT21.

IV - Garantir, por si próprio ou quaisquer de seus representantes, a confidencialidade dos dados processados, assegurando que todos os seus representantes que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade do TRT21 mantenham quaisquer Dados Pessoais estritamente confidenciais e que não os utilizem para fins não previstos neste acordo .



V - Treinar e orientar seus representantes sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados.

11.3. Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito dos partícipes, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma que reflitam referidas Informações.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS**

Fica estabelecido que, na ocorrência de algum fato não previsto neste instrumento, a solução caberá às partes, respeitada o seu objeto, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei Federal nº 13.709/2018.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

Para dirimir questões oriundas deste Acordo de Cooperação, que não sejam solucionadas através de mediação administrativa, nos termos da Lei n.º 13.140/2015 c/c a Portaria da DF n.º 239/2017, será competente o Foro da Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte.

E, por estarem de acordo com as Cláusulas e condições aqui estabelecidas, firmam o presente instrumento, assinado também, pelas testemunhas abaixo.

Natal/RN, julho de 2024.

**Desembargador AMÍLCAR MAIA**

Presidente

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RN

**Desembargador ERIDSON JOÃO FERNANDES MEDEIROS**

Presidente

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO



Documento assinado digitalmente

ANTONIO GLEYDSON GADELHA DE MOURA

Data: 26/07/2024 13:36:03-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Procurador do Trabalho ANTÔNIO GLEYDSON GADELHA DE MOURA**

Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

**Procurador da República GILBERTO BARROSO DE CARVALHO JUNIOR**

Procurador Chefe

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

**CLÁUDIO GABRIEL DE MACEDO JUNIOR**

Superintendente

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO



CORNÉLIO ALVES DE  
AZEVEDO NETO:26165147453

Assinado de forma digital por CORNÉLIO  
ALVES DE AZEVEDO NETO:26165147453  
Dados: 2024.07.26 08:35:50 -03'00'

**Desembargador CORNÉLIO ALVES DE AZEVEDO NETO**

Presidente

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RN

**Desembargador GLAUBER RÊGO**

Supervisor do Núcleo de Cooperação Judiciária

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RN

MARCELLA ALVES  
DE  
VILAR:308219855

Assinado de forma digital por  
MARCELLA ALVES DE  
VILAR:308219855  
Dados: 2024.07.26 11:50:43 -03'00'

**Juíza do Trabalho MARCELLA ALVES VILAR**

Juíza de Cooperação

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

**FÁBIO LUIZ DE OLIVEIRA BEZERRA**

Juiz Coordenador do Núcleo de Cooperação

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RN